



CONSIDERAÇÕES SOBRE A COMPLEXA FORMAÇÃO DO CONSERVADOR*

Humberto Farias de Carvalho. UFRJ

RESUMO: Esta comunicação tem como objeto versar sobre a complexa formação do conservador de obras de arte, que necessita dominar conhecimentos dos campos da história da arte, da ciência e referentes à própria disciplina. Serão tecidas considerações a respeito da formação do conservador, tendo em vista a experiência do próprio autor na formação desse profissional.

Palavras-chave: formação; conservação; interdisciplinaridade.

ABSTRACT: *The aim of this paper is to investigate the conservator of art complex process of training, which demands the mastering of contents from the fields of art history, science and conservation itself. There will be listed considerations about de conservator's training, based on the author's experience in this field.*

Keywords: *training; conservation; interdisciplinarity.*

Introdução

O profissional que atua na área de conservação e restauro de obras de arte, em nosso país, dentro de uma perspectiva acadêmica, é muito jovem. Os cursos universitários na área de conservação existentes hoje acabaram de formar suas primeiras turmas e de adquirir o reconhecimento do Ministério da Educação. Trata-se de uma situação diferente da que existia no âmbito acadêmico anteriormente, como, por exemplo, a do curso de especialização do Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (CECOR), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que formou grande número de profissionais no país; e a das disciplinas de conservação e restauro ministradas pelo Prof. Edson Motta – e posteriormente pelo seu filho, Prof. Dr. Edson Motta Jr. – no curso de pintura da Escola de Belas Artes (EBA), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os cursos de conservação e restauro formavam técnicos, alunos de belas artes com uma ideia sobre a atividade de conservador, especialistas em suportes de pintura, escultura ou papel.

Esse novo profissional que sai das universidades hoje encontra dificuldades para se colocar no mercado de trabalho e para projetar estratégias de aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação. O jovem conservador necessita de experiência para poder aplicar em sua vida profissional os conhecimentos oferecidos no curso de formação, e isso não se dá no âmbito acadêmico, devido a razões como, por exemplo, o tempo reduzido para prática de ateliê, a falta de direcionamento das potencialidades para o mercado de trabalho, a pouca ou quase nenhuma interdisciplinaridade com as áreas da ciência e da história da arte, entre outros. Acredita-se que é necessário compreender que a formação de um conservador é tão complexa quanto a do médico e a do advogado, necessitando de investimento em todos os setores universitários: corpo docente, laboratórios, políticas de estágios, etc.

Os cursos de formação em conservação

A UFMG possui uma grade curricular que atende o aluno de conservação, capacitando-o para atuação nos suportes pintura, escultura e papel, além de na conservação preventiva. Ou seja, oferece uma formação plena e global nos principais suportes. O curso Tecnológico de Conservação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) trabalha com os suportes pintura de cavalete, pintura mural e escultura. Acredita-se que a opção da instituição pelos dois suportes deva-se ao fato de na cidade de São Paulo existirem instituições reconhecidamente qualificadas para formar profissionais de conservação que atuem nos suportes de papel. Existem ainda outros cursos universitários, como o da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o da Universidade de Pelotas, os quais acredita-se que trabalham de forma similar ao da UFMG.

Um dos problemas vivenciados pelas universidades que oferecem cursos de conservação é o de encontrar professores que possuam uma formação que atenda às exigências da docência de nível superior, tais como possuir mestrado e/ou doutorado na área ou em áreas afins. Quando esse profissional é encontrado, na maioria das vezes ele não possui experiência prática, tendo dedicado mais do seu tempo às questões acadêmicas, em detrimento das atividades práticas. Outra

dificuldade é a de encontrar, por exemplo, um professor de história da arte que entenda especificamente da construção dos objetos de arte, articulando o contexto histórico, a época, os materiais, os processos de degradação do material constituinte das obras e os procedimentos de conservação. Uma das estratégias para lidar com isso, nos cursos de conservação, é recorrer ao professor de história da arte que já existe no quadro de professores no curso de Artes. O que ocorre é que esse professor, não obstante a reconhecida solidez intelectual, aborda a história da arte a partir de perspectivas teóricas e historiográficas, ou seja, as obras e os fatos históricos vistos sob a luz da teoria da arte e da história, o que é importante para a compreensão da obra de arte, mas que não possui ligações diretas com as especificidades com as quais o conservador deverá lidar, como a história dos materiais e das técnicas, as possibilidades materiais e as intenções artísticas pertinentes ao período. Este exemplo pode se estender a outras disciplinas; e, neste sentido, o foco das disciplinas oferecidas no curso de conservação deve se direcionar para a conservação, e não trabalhar de forma autônoma, pois desta maneira elas farão pouco ou quase nenhum sentido.

Outra questão é o tempo de experiência de trabalho prático que os cursos oferecem, que é insuficiente, mesmo para alunos que cumprem com as exigências de estágio e trabalho voluntário. Com raras exceções, os estagiários são vistos pelos empregadores como mão de obra barata: colocam um estagiário no lugar de um profissional formado, com a desculpa de que estão oferecendo um estágio, e, o que é pior ainda, alocam no estágio de conservação alunos de outras áreas, para realizar tarefas de um conservador (esta prática é muito comum nas empresas que realizam serviços de conservação e restauro). Acredita-se que para o estágio seja necessária a presença de um orientador, que vai investir parte do seu tempo orientando o estagiário, de maneira que as problemáticas surgidas no trabalho possam ser discutidas, investigadas e, conseqüentemente, direcionadas para soluções mais adequadas à obra em questão. É inaceitável, por exemplo, em procedimentos de conservação como a remoção de vernizes alterados de superfícies de pintura, após ser selecionado um solvente para solubilizar o filme alterado, permitir que o aluno trabalhe desacompanhado do orientador, uma vez que, como o aluno não domina esse procedimento, ele certamente terá inúmeras dúvidas a respeito do que realmente está solubilizando, e assim aumentará,

potencialmente, o risco de danificar a pintura. Portanto, o orientador precisa estar diretamente em contato com a experiência prática a que o aluno está sendo submetido, verificando e ampliando seu desenvolvimento intelectual e manual. Alternativas para minimizar o problema do tempo necessário de experiência prática podem ser vistas, por exemplo, no Programa “Empresa Junior” da PUC-SP, iniciativa que está atualmente em andamento e que pode colaborar como um complemento à formação do jovem conservador. Fazendo uma analogia com a área do direito, é como se fosse um “escritório modelo”, que atende a comunidade a preços simbólicos, dando a oportunidade de o aluno se relacionar tanto com o público – o futuro cliente – quanto com os processos, o que lhe proporcionará experiência prática. Desta maneira, o aluno estará mais familiarizado com o mercado de trabalho, sem excluir os possíveis estágios em escritórios e empresas de sua área de atuação. Se a universidade disponibilizar um ateliê de conservação, com professores disponíveis, para o desenvolvimento associado do trabalho prático e do conhecimento teórico por parte do aluno, este, como o aluno de direito, terá maior probabilidade de se colocar no mercado de trabalho.

O panorama do mercado de trabalho

Em geral, os espaços de atuação do conservador são instituições – como museus, repartições públicas detentoras de acervo, instituições financeiras, entre outros – e clientes particulares – galerias, leilões, seguradoras etc. Nesses espaços, o conservador pode trabalhar individualmente, como, por exemplo, para um colecionador particular ou para galerias de arte, ou em pequenos grupos, que podem ser organizados pelas próprias instituições, formando equipes de trabalho, tal como acontece geralmente nos museus. Outra possibilidade é a das “grandes obras”, como teatros, palácios, casas-museu e centros culturais, em que praticamente todos os contratos são firmados com grandes empresas, na maioria das vezes do ramo da engenharia e da arquitetura.

Em todos esses cenários, não se exige que o profissional seja formado em conservação; qualquer indivíduo pode se considerar conservador. Essa realidade dificulta a inserção do conservador com formação, pois como não existe a necessidade de o trabalho ser realizado por profissional formado e qualificado, as empresas responsáveis pelas grandes obras contratam ou subcontratam pequenas

empresas cujos profissionais, geralmente, não possuem formação: são trabalhadores de outras áreas, que não estão qualificados para o trabalho, e que por não possuírem formação recebem uma remuneração muito abaixo do que seria cobrado por profissionais, colocando em risco o patrimônio e preenchendo um posto de trabalho que não é de sua competência. Porém, em poucos casos a formação e a experiência na área são exigências para a contratação.

Outra possibilidade é a de o aluno formado em conservação atuar em áreas periféricas ao trabalho de conservação. Existem inúmeros campos de atuação que estão carentes de profissionais, como, por exemplo, o de representações ou o de produção de equipamentos, entre outros. Como a profissão ainda não foi regulamentada, não existem conselhos que possam fiscalizar e garantir uma reserva de mercado para esses futuros profissionais, e o aluno de conservação encontrará dificuldades para se colocar no mercado de trabalho devido a essa concorrência desigual. O reconhecimento da profissão e a formação de entidades de categoria se fazem pertinentes, para a permanência deste jovem profissional em seu campo de atuação específico.

A complexidade da formação do conservador

A busca pela formação superior em conservação de obras de arte e patrimônio é o reflexo da profissionalização da categoria. A formação técnica em conservação e restauro, primeiro passo de uma longa caminhada do indivíduo que pretende trabalhar com a preservação do patrimônio artístico, transformou-se de fim em meio. Como em outras carreiras, não basta o aluno possuir formação técnica, nem mesmo apenas uma graduação; a necessidade aponta para a pós-graduação. Neste sentido, a formação que se pretende para o aluno candidato a futuro profissional da conservação deverá incluir ferramentas teóricas e experiência prática, para o desenvolvimento de um trabalho consciente e dentro das perspectivas éticas da profissão. Isso é o que se almeja, mas existe a consciência de que falta muito para se atingir esse patamar, pois as instituições são jovens e ainda estão constituindo seus corpos docentes e suas identidades institucionais.

Ao longo de sua experiência profissional e em cursos de licenciatura em conservação, o autor do presente texto pode elaborar algumas considerações que

acredita serem pertinentes ao processo de entendimento do que é o profissional de conservação e quais são as suas possibilidades de construção. Existem profissionais que trabalham no campo da prestação de serviços, como os conservadores, e que podem ser classificados em dois grupos: “serviços de resultado” ou “serviços de meio”.

O “serviço de resultado” prevê resultados práticos e objetivos; já o “serviço de meio” projeta uma perspectiva de resultados. Pode-se pensar, como um exemplo de “serviço de resultado”, nos profissionais da arquitetura e da construção civil. Eles projetam edifícios, habitações e reformas, com prazos, custos de mão de obra e material, cálculos de aproveitamento da luz natural, prevenção contra enchentes e fortes ventos, entre outros fatores. Esses projetos oferecem uma garantia quanto à satisfação com os serviços e os prazos, quando são elaborados; por exemplo, quando se firma um contrato de compra de um apartamento na planta, esse contrato prevê que todas as características descritas no projeto se concretizem, com pena de multa e eventuais processos, caso seja descumprido o acordo firmado. O pragmatismo e a certeza de que os resultados sairão conforme o previsto diminuem as possibilidades de imprevistos nos acordos.

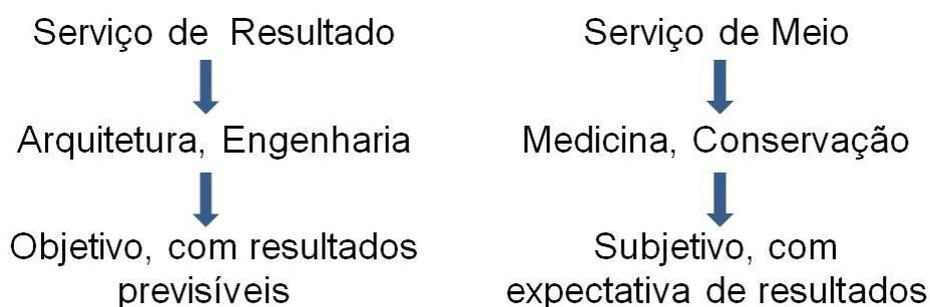
Quando se pensa no “serviço de meio”, pode-se pensar nos profissionais da medicina: um médico não pode garantir cem por cento que o resultado de uma cirurgia será positivo; dadas as condições gerais do paciente, ele pode estimar a probabilidade de o resultado ser positivo. Não é raro, depois de uma cirurgia, os familiares do paciente perguntarem ao médico que realizou a intervenção como foi a cirurgia realizada em seu ente querido; o médico, se for o caso, dirá que a cirurgia teve sucesso, mas que o paciente não resistiu e faleceu. Ou seja, o resultado final independe da qualidade da cirurgia ou da perfeição com que o médico realizou os procedimentos; não há uma garantia quanto ao resultado – cada caso é um caso, ou melhor, cada indivíduo é um caso. Nesse contexto, os resultados são estimados de acordo com a experiência do médico: há uma expectativa, uma projeção do que pode acontecer com o paciente, mas não são viáveis previsões precisas quanto ao desfecho.

Em ambos os exemplos, há elementos em comum: os profissionais possuem informações suficientes para realizar seus trabalhos; trabalham dentro das suas

áreas específicas; possuem uma reserva de mercado, contando com entidades de classe e reconhecimento profissional; são feitos investimentos em pesquisa e na interdisciplinaridade; e outros. O arquiteto sabe exatamente como realizar um projeto de acordo com as preferências e exigências do contratante; o médico busca o entendimento integral da vida do paciente – avalia se este é um esportista ou um intelectual, como é seu meio social ou que histórico familiar ele herdou – e só assim chega a um diagnóstico e se decide por determinado tratamento para o paciente.

Por tudo isso, o autor entende que a atividade do conservador está no universo dos “serviços de meio”. O conservador necessita compreender a obra de arte como um todo e ter a certeza que cada obra é, como cada indivíduo, única. Os conservadores preveem o resultado de uma intervenção, mas este pode variar de acordo com a resposta da obra ao tratamento proposto; e o que pode ser um procedimento eficaz em determinada área da obra pode não ser adequado em outra.

Formação



Conclusão

A pergunta que se repete nas reuniões acadêmicas, nos encontros e nos congressos na área de conservação de obras de arte é: por que é tão complicado formar um conservador? Acredita-se que uma possível resposta seja a de que, como a profissão do médico ou do advogado, a do conservador é extremamente complexa, já que envolve a compreensão daquilo que é uma obra de arte e que determina a sua permanência para a posteridade. São muitas as variantes envolvidas, e o conservador, para dominar o contexto em que a obra se encontra, necessita de um repertório de conhecimentos muito vasto, em que se pode destacar:

o conhecimento crítico, histórico e teórico, no universo da história da arte; a história dos materiais utilizados na construção da obra, o valor semântico atribuído ao material e a sua aparência estética ao longo dos anos; o conhecimento dos processos de deterioração da matéria; a distinção entre o que é dano provocado pela ação do tempo e o que é pátina, autenticidade histórica; o conhecimento científico, para solicitar exames, e o trabalho interdisciplinar, com o intuito de encontrar o diagnóstico mais preciso. Trata-se de um trabalho de interpretação e de gerenciamento dos valores simbólicos dos objetos de arte, que necessita de investimento em pesquisa, em infraestrutura e em capacitação do corpo docente. Enfim, acredita-se viabilizar o entendimento das partes interessadas com o mesmo e único propósito: formar globalmente o profissional de conservação, para preservar integralmente o patrimônio artístico.

* Este texto foi publicado na Revista ECR nº 4, 2012 em Portugal. Dada a importância do assunto, acredita-se que as questões no texto expostas necessitam ser retomadas e discutidas com os pares brasileiros, uma vez que estas são de interesse para os estudantes e profissionais que atuam no campo de conservação e restauro.

REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio C. e FAGIOLLO, Maurizio. *Guia de história da arte*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil: direito das obrigações 1ª parte*. Volume 4, 33ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2007. p. 56.

RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil parte geral das obrigações*. Volume 2, 30ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 17-18.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos*. Volume 2, 7ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2007. p. 53-54.